



# RBES

Revista Brasileira de  
Engenharia e Sustentabilidade

ISSN 2448-1661

Pelotas, RS, UFPel-Ceng

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBES/index>

**v.8, n.2, p.1-10, dez. 2020**

## POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EM UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL

PASSOS, V. H. G.<sup>1</sup>; GUERRA, D.<sup>2</sup>; LARA, D. M.<sup>3</sup>; REDIN, M.<sup>2</sup>; BOHRER, R. E. G.<sup>2</sup>; SILVA, D. M.<sup>2</sup>; GRELLMANN, D. K.<sup>4</sup>; LEITE, J. F.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Tecnólogo em Gestão Ambiental. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Três Passos - RS.

<sup>2</sup>Professor(a) Adjunto(a) na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Três Passos - RS.

<sup>3</sup>Professora Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Soledade - RS.

<sup>4</sup>Acadêmico(a) do Curso de Bacharelado em Agronomia. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Três Passos - RS.

**Palavras-chave:** meio ambiente, plano prurianoal, sustentabilidade.

### Resumo

As políticas públicas ambientais têm interferência direta na vida da sociedade civil e devem estar descritas na forma de ações no Plano Plurianual (PPA) para que a administração municipal tenha diretrizes para a sua execução. Este trabalho teve como objetivo conhecer as políticas públicas ambientais planejadas e executadas a partir do PPA 2014-2017 no município de Três Passos/RS, além de analisar o conhecimento da população sobre essas políticas, através da aplicação de questionários. Os resultados mostraram que das 22 ações voltadas ao meio ambiente, nove foram executadas em sua totalidade, oito foram executadas parcialmente e cinco não foram executadas. Além disso, observou-se que a população de Três Passos tem pouco conhecimento sobre as políticas públicas e ações que fazem parte do PPA, porém tem interesse em assuntos ambientais.

## PUBLIC ENVIRONMENTAL POLICIES: PLANNING AND EXECUTION IN A MUNICIPALITY IN RIO GRANDE DO SUL

**Keywords:** environment, pluriannual plan, sustainability.

### Abstract

Environmental public policies have a direct influence on the life of civil society and must be described in the form of actions in the Pluriannual Plan (PPA) so that the municipal administration has guidelines for their implementation. This work aimed to know the public environmental policies planned and executed from the PPA 2014-2017 in the municipality of Três Passos/RS, in addition to analyzing the population's knowledge about these policies, through the application of questionnaires. The results showed that of the 22 actions aimed at the environment, nine were carried out in their entirety, eight were partially carried out and five were not carried out. In addition, it was observed that the population of Três Passos has little knowledge about public policies and actions that are part of the PPA, but has an interest in environmental issues.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial, o homem vem se apropriando dos recursos naturais de forma mais intensa e causando inúmeros impactos ambientais (TRINDADE; LEAL, 2017). O processo desenfreado de urbanização, aliado à falta de políticas públicas, possui como uma de suas consequências a substituição gradativa das áreas verdes por áreas edificadas provocando alteração no meio ambiente (MACIEL et al., 2012; FERREIRA et al., 2019). Por isso, ações de desenvolvimento sustentável têm ganhado cada vez mais espaço a fim de mitigar ou reduzir os impactos negativos no ambiente (NUNES et al., 2012).

Diante dessas mudanças, surge a necessidade de se pensar em políticas que busquem o desenvolvimento urbano, com sustentabilidade social, econômica e ambiental (FERREIRA et al., 2019; SOUZA et al., 2012). Para tanto, as leis consistem em excelente metodologia de trabalho, pois estas são instrumentos utilizados pelo Estado e pela sociedade para encontrar soluções para o relacionamento entre os seres humanos e entre estes e o ambiente. A União, os Estados e os Municípios, possuem competências concernentes ao meio ambiente, incluindo a proteção e conservação, o uso e ocupação do solo e a organização e o funcionamento das cidades, sendo que o município possui destaque em questões específicas e de interesse local (BRASIL, 1988).

Em esfera Federal, Estadual ou Municipal, o

Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto na Constituição Federal do Brasil (art. 165) e deve ser construído com base em propostas, as quais são elencadas como um conjunto de políticas públicas a serem executadas pelo governo em um período de quatro anos. No PPA são estabelecidos valores destinados aos programas, além das ações a serem executadas. Segundo Leme (2010) e Carvalho (2015), é dever do poder público zelar pelo meio ambiente, criando políticas públicas em conjunto com a sociedade civil, objetivando cuidar dos interesses futuros e preservação do ambiente.

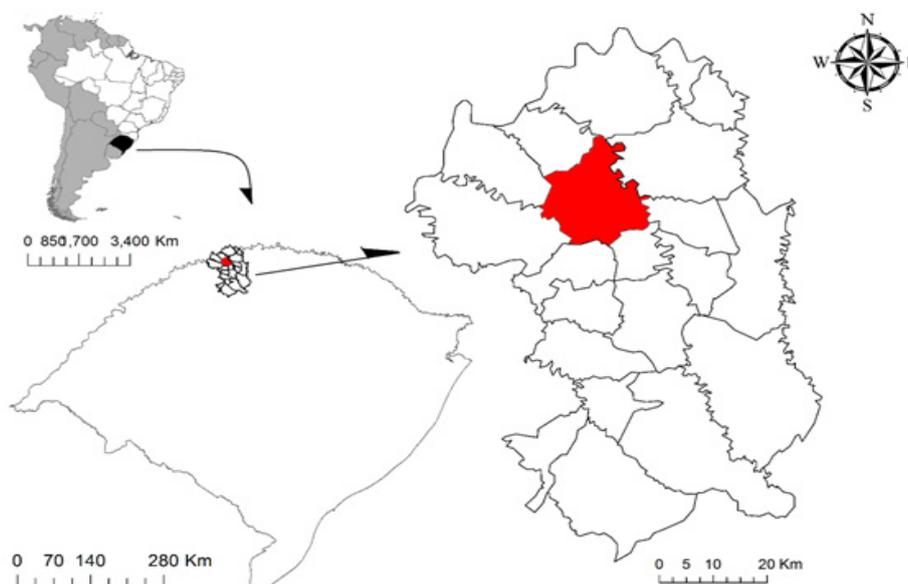
Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar as políticas públicas ambientais e ações apresentadas no PPA 2014 – 2017 do município de Três Passos, RS, e avaliar se tais propostas foram executadas ao longo do período de gestão, bem como, analisar se a população local tem conhecimento sobre as políticas públicas ambientais.

## MATERIAL E MÉTODOS

O município de Três Passos está localizado no Noroeste do Rio Grande do Sul, próximo à fronteira internacional com a Argentina e a divisa interestadual com Santa Catarina. É constituído por cerca de 24.700 habitantes, apresentando um PIB estimulado em R\$ 355 milhões (IBGE, 2020).

Na Figura 1, é apresentada a localização do município de Três Passos – RS, local onde foi desenvolvido o estudo.

Figura 1: Localização da área de estudo. Três Passos, Rio Grande do Sul.



Fonte: Autores, 2020.

Para a condução do trabalho, utilizou-se a pesquisa quali-quantitativa, a qual envolveu a avaliação do PPA 2014-2017 do município de Três Passos, pela análise do relatório final, apresentado de forma pública a toda a sociedade, após a finalização do prazo de execução do plano plurianual 2014-2017. As informações obtidas são detalhadas ao longo do trabalho, através da descrição da efetivação total, parcial ou não execução das ações.

Ainda, contou com a participação direta, através de relatos verbais dos profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os quais elencaram os motivos ou razões para a execução total, parcial ou não execução das ações constantes no plano em seu período de vigência.

Em um segundo momento foram aplicados questionários para os munícipes três-passeense a fim de identificar se os entrevistados conheciam as políticas ambientais do município. Estes foram aplicados em todos os bairros do município (14 bairros), sendo entrevistados cinco cidadãos por bairro, totalizando um montante de 70 munícipes com idades entre 18 e 65 anos. Os entrevistados foram questionados sobre o conhecimento do que é um plano de políticas

públicas; se conhecem algum tipo de política pública desenvolvida no município, bem como, puderam listar estas políticas; foram questionados sobre o interesse por assuntos ambientais e a importância das políticas públicas ambientais; sobre a qualidade do meio ambiente local e dos serviços de cunho ambiental realizados no município; e por fim, se consideram Três Passos uma cidade bonita e bem arborizada permitindo, portanto, uma boa qualidade de vida para a população.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados e organizados em planilhas, e foi possível fazer a análise e redação do presente artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram planejadas 22 ações no PPA 2014 – 2017 no município de Três Passos. Destas, nove foram executadas em sua totalidade (41%), oito foram parcialmente executadas (36%) e cinco não foram executadas (23%). As ações planejadas e a descrição da execução total parcial ou não execução estão descritas nas Tabelas 1, 2 e 3.

### Ações Executadas

As nove ações executadas podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Ações Ambientais do PPA 2014 – 2017 executadas no município de Três Passos – RS

---

1 - Implantação e modernização de praças e jardins
2 – Oferta de água de qualidade a população rural através de redes comunitárias
3 – Sensibilização da comunidade da importância do Bosque Villa Real
4 - Implementação da Conferência Regional de Meio Ambiente
5 – Implantação da agenda socioambiental sustentável na Administração Pública
6 – Promoção da posse responsável de animais domésticos
7 - Reconstrução da flora nativa, o enriquecimento de fragmentos florestais e recuperação de áreas degradadas
8 – Incentivo ao licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras
9 - Capacitação permanentemente os servidores da SeMMA

---

A execução da ação de implantação e modernização de praças e jardins consistiu na melhoria da infraestrutura de todas as praças, por vezes com pequenas ações, como o plantio de árvores ou substituição de lixeiras danificadas, como por vezes com ações maiores como a troca de bancos, construção de canteiros, ajardinamento, entre outros. Estas ações demonstram a preocupação dos gestores com o bem-estar social dos munícipes, pois a presença de áreas verdes na sede do município é muito importante

para que os cidadãos tenham espaço para a prática de exercícios e interação. A importância de praças públicas e áreas verdes é descrita também por Ferreira et al. (2019), os quais salientam que nestas áreas não é praticada apenas a ornamentação urbana, mas sim, a recreação e proteção das cidades. Os autores enfatizam também que a manutenção destas áreas assegura o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

A indicação da implantação e modernização de praças e jardins como uma das ações de política pública no município está associada a qualidade de vida e bem-estar da população. Afirmção está que corrobora com Quadros e Frei (2019) de que áreas verdes em praças urbanas contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população de diversas maneiras, tais como: absorvem ruídos, atenuam o calor do sol, constituem-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar e contribuem para a formação e o aprimoramento do senso estético. Ainda, Santos et al. (2016) consideram as praças como um meio de lazer, proporcionando qualidade de vida, prevenção de doenças, e também como uma forma de sociabilização. Ainda, as praças como espaço público, desempenham importantes funções no ambiente urbano, entre elas a integração da comunidade e a melhoria da qualidade ambiental.

Uma das principais demandas dos cidadãos do interior do município elencada por muitos anos era a oferta de água potável em todas as comunidades. Esta ação foi desenvolvida de forma gradativa ao longo dos anos por diversas gestões municipais, devido a amplitude do município, sendo executada em sua totalidade (100%) no período de 2014-2017 (Tabela 1), quando foi possível levar a todos os Distritos (Sede, Padre Gonzales, Floresta, Santo Antônio, Erval Novo e Bela Vista), bem como as comunidades que o compõe, água potável.

Esta demanda é considerada fundamental a fim de garantir a qualidade de vida dos munícipes, bem como, apresenta correlação positiva com a saúde dos consumidores. Segundo Oliveira (2017), o acesso à água potável é absolutamente fundamental para a manutenção da vida, além de propiciar o regular exercício dos demais direitos humanos. Ainda, o autor destaca que a falta de acesso à água em quantidade suficiente ou o acesso à água não potável causam sérios e irremediáveis danos às pessoas. Conforme Trindade e Leal (2017), o acesso à água potável é um direito fundamental, dentro do contexto do princípio da dignidade humana na construção de um Estado de Direito Ambiental. Sendo, portanto, sob todos seus prismas, um tratamento inovador, o que repercute também na perspectiva das políticas e das práticas dos

municípios e Estado (ANDRADE; NUNES, 2014).

Nas ações que envolvem a sensibilização ambiental, foram desenvolvidas atividades como a sensibilização da comunidade quanto a importância do Bosque Villa Real, um bosque na sede do município; a implementação da Conferência Regional de Meio Ambiente e a implantação da agenda socioambiental sustentável na Administração Pública. Estas ações contaram com a participação da comunidade em geral, através de audiências públicas realizadas nos 14 bairros do município. Nestes eventos foram realizadas palestras, seminários e oficinas a fim de explicar sobre a importância do meio ambiente. Ainda, foram confeccionadas cartilhas e distribuídas nas residências a fim de ampliar o conhecimento da população local sobre a importância de ações ambientalmente corretas, as quais permitem o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

O desenvolvimento sustentável é uma das premissas na maioria dos municípios brasileiros, incluindo Três Passos. Neste contexto, no ano de 2014 foram realizadas em todo o território nacional discussões para formulações e implementação de novas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. No município a temática foi trabalhada através de reuniões em todas as comunidades do município, a qual contou com grande participação da população, como grupo de jovens, mulheres e idosos, os quais puderam expor suas experiências, bem como, propuseram inúmeras ações a fim de promover o desenvolvimento sustentável em nível local, regional e nacional. As propostas elencadas em nível municipal foram apresentadas pela comissão local na conferência nacional sobre o meio ambiente realizada em Brasília (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

No evento nacional, muitos assuntos relacionados a temática ambiental foram discutidos por estudantes, sindicalistas, empresários, agricultores, entre outros. Após esta mobilização, criou-se no município a agenda socioambiental, a qual teve por objetivo estabelecer atividades ligadas ao meio ambiente a fim de rotineiramente atuar na sensibilização ambiental de toda a comunidade. Esta agenda envolve diversas ações como por exemplo a realização de palestras de ordem ambiental a serem realizadas anualmente em todas as

escolas do município na semana do meio ambiente, semana da água e semana da árvore, entre outros, para o público alvo de estudantes, clube de mães, clube de jovens, idosos, agricultores, etc.

Em relação a ação para promover a posse responsável de animais domésticos (Tabela 1), foram realizadas campanhas permanentes contra maus tratos de animais, através de propagandas via sistemas de comunicação local (escrito e falado). Ainda, contou com a destinação de recursos para o canil local, para a realização de atividades sobre a importância da castração de animais domésticos. Vale destacar, que uma parcela da comunidade local se sensibilizou com o projeto, visto que se ampliou o número de voluntários atuando junto ao canil local, bem como ampliou-se os valores de doações de recursos financeiros para a aquisição de ração, equipamentos e utensílios. A execução desta ação é muito importante, pois os animais domésticos, além de fazerem parte do ecossistema nas cidades urbanas, podem transmitir doenças, bem como, multiplicarem-se de forma desordenada devido a não castração (GUIMARÃES et al., 2010).

Em relação a ação de possibilitar a reconstrução da flora nativa, o enriquecimento de fragmentos florestais e recuperação de áreas degradadas (Tabela 1), a Secretaria de Meio Ambiente, planejou campanhas de reflorestamento no município ao longo de quatro anos (PPA 2014-2017). As ações ocorreram em conjunto com escolas, associações de bairros, centros de tradição gaúchos, entre outras instituições, que contribuíram não apenas para o reflorestamento e arborização na área urbana, mas principalmente nas Áreas de Preservação Permanente no interior do município. De maneira especial, estas ações foram executadas em ocasiões específicas, como a semana do meio ambiente, semana da água e semana da árvore através de reuniões e conversas, e por fim, finalizadas com atividades práticas de plantio de árvores, aliando-se, portanto, a teoria a prática.

Deste modo, a política possibilitou a reconstrução de flora nativa e enriquecimento de alguns fragmentos florestais, os quais são muito importantes para a saúde e bem-estar de toda a população. A efetividade da ação contou com a participação da comunidade em geral, a qual entendeu a importância da manutenção e reestabelecimento da vegetação nativa. A participação

da comunidade corrobora a afirmação feita por Vilaca (2014) que descreve que a preservação da natureza e seus recursos envolve um processo amplo no qual todos os segmentos sociais devem participar efetivamente, pois quando a comunidade se une e trabalha em prol de uma ação toda a comunidade é contemplada.

Neste estudo, observou-se que as ações relacionadas ao licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras foram desenvolvidas de forma gradual no município, a fim de atender a legislação vigente (Tabela 1), pois o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, a qual, pode trazer inúmeros benefícios à população, principalmente relacionados a saúde, bem como ao meio ambiente, através da redução da contaminação do solo e lençol freático pelos dejetos e outros. Os benefícios relacionados ao licenciamento ambiental, tanto para a prefeitura, quanto para os empreendedores no município de Palmeira das Missões são relatados por Kuhn e Tassi (2015), evidenciando a importância desta atividade.

Por fim, as atividades de capacitação dos servidores da Secretária do Meio ambiente foram realizadas através de participação em palestras, seminários, cursos e eventos em geral com a temática ambiental ao longo de quatro anos (2014-2017). Segundo o relato verbal dos funcionários, ao longo dos quatro anos (2014-2017) foram realizadas mais de 50 atividades de capacitação, as quais, segundo eles, despertou nos funcionários a necessidade de desenvolver ações sustentáveis no ambiente de trabalho, bem como, em suas residências e meio em geral.

### **Ações parcialmente executadas**

Oito projetos foram parcialmente executados durante o período de execução do PPA 2014-2017, sendo estes listados na Tabela 2.

A política para implantação de obras de infraestrutura compatíveis com o crescimento do perímetro urbano, bem como, manutenção e implantação de novos pontos de serviços urbanos / lixeiras consistia na instalação de 500 pontos de lixeiras a serem implantados em todos os bairros de Três Passos, contudo este número não foi alcançado, sendo instalados 300 pontos de captação fixo de resíduos, devido a não disponibilidade de recursos financeiros para a totalização do projeto.

Tabela 2. Ações Ambientais do PPA 2014 – 2017 parcialmente executadas no Município de Três Passos – RS

---

1 – Implantação de obras de infraestrutura compatíveis com o crescimento do perímetro urbano
2 – Manutenção e implantação de novos pontos de serviços urbanos / lixeiras
3 – Preservação dos recursos hídricos, através da recuperação de nascentes de água
4 - Construção de Cisternas
5 – Armazenamento de água em açudes/ bebedouros e reservatórios
6 – Realização de palestras educativas
7 – Ampliação da logística reversa no município e redução do volume de resíduos encaminhados ao CITEGEM
8 – Monitoramento da qualidade da água em corpos hídricos no município

---

Ainda, a ampliação da varrição urbana em 10 km não foi alcançada, devido à falta de profissionais para realizarem a atividade em sua totalidade. Embora, a legislação vigente normatize estas atividades como essenciais, conforme o disposto no artigo 6º, da Lei nº 11.445, de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento Básico, serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os quais são compostos pelas atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reuso e reciclagem e disposição final dos resíduos sólidos; além de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos (BRASIL, 2007).

Um dos principais projetos da secretaria de meio ambiente, segundo relato dos funcionários, é o programa municipal de preservação dos recursos hídricos, através de recuperação de nascentes. Contudo este não teve a sua execução na totalidade (Tabela 2), sendo recuperadas aproximadamente 30% das nascentes. Este resultado está associado ao grande número de pontos a serem recuperados, bem como, ao número reduzido de funcionários na secretaria municipal. Este projeto se caracteriza como um dos mais importantes na Secretaria de Meio Ambiente, pois se preconiza de forma intensa a qualidade e quantidade de água oriunda dos recursos hídricos no município. Esta afirmação apresenta correlação positiva ao que afirma Oliveira (2017), de que a água é de extrema importância para a manutenção da vida na terra e é necessário cada vez mais ações e políticas públicas por parte das administrações para preservar este recurso natural. Ainda segundo o autor, o mundo globalizado e a desorganização das sociedades humanas já produziram inúmeras alterações no ciclo hidrológico e na qualidade da água, por isso a preservação deste recurso é primordial.

A construção de cisternas, açudes e bebedouros para armazenamento de água da chuva foi incentivada em todas as novas construções e em propriedades já consolidadas, através da explanação da importância do armazenamento de água. A fim de facilitar a sensibilização utilizou-se como exemplo a ocorrência de longas estiagens na região nos últimos anos.

Na ação de incentivar palestras educativas, com ênfase em educação ambiental, (Tabela 2) o objetivo era a realização de palestras com profissionais externos ao município, as quais seriam realizadas em todas as escolas, associações de bairros, conselhos de saúde e comunidades rurais. Contudo, alguns destes locais não foram contemplados, devido a limitação por parte dos palestrantes. Desta forma, alguns grupos não passaram pelo processo de formação e sensibilização na temática, não contemplando o que é inferido por Rossato e Neto (2014) de que a formação de jovens e adultos em educação ambiental é um processo primordial a fim de sensibilizar os envolvidos para um convívio mais saudável com a natureza.

Com relação ao programa municipal de Saneamento Básico, o município de Três Passos não possui dados concretos para saber se atingiu o objetivo de redução de 20% dos resíduos orgânicos que são encaminhados para o Consórcio Intermunicipal de Gestão Multifuncional (CITEGEM). Mas acredita-se que não, pela quantidade de resíduos recebidos diariamente. Embora saiba-se da importância do tema, certamente o caso é de cultura e conscientização da população sobre a produção do seu lixo (QUADROS; FREI, 2009). Ainda, para atender o objetivo de ampliação da logística reversa, foram desenvolvidas campanhas publicitárias para que os municípios levassem os resíduos eletrônicos, pilhas e lâmpadas para uma destinação correta. O recebimento destes resíduos é realizado periodicamente em alguns

pontos estratégicos de coleta, os quais são amplamente divulgados via mídias escrita e falada. Ainda, no município é realizada anualmente a campanha de coleta destes resíduos em praça pública municipal na semana do meio ambiente, sendo a mesma amplamente divulgada em todos os meios de comunicação locais. Esta campanha anual permite informar aos cidadãos sobre o perigo do descarte inadequado de pilhas, lâmpadas, baterias, etc. no lixo orgânico ou em outros locais. Esta preocupação está em acordo ao que é afirmado por Espinosa e Tenório (2004), de que é imprescindível que a população esteja ciente do perigo que esses materiais podem causar, pois contaminam o solo, a água, os alimentos e, conseqüentemente, afetam

a saúde da população.

A política pública de diagnóstico e monitoramento da qualidade dos corpos hídricos no município, não foi executada em sua totalidade pelo fato da Secretaria não possuir profissionais em número suficiente para a plena execução. Assim foi executado apenas o monitoramento do Lajeado Erval Novo e do Lajeado Três Passos, sendo estes os principais recursos hídricos do município.

### **Ações não executadas**

Cinco projetos listados no PPA 2014 – 2017 não foram executados (Tabela 3).

Tabela 3. Ações Ambientais do PPA 2014 – 2017 não executadas no Município de Três Passos – RS

1 – Consolidação da Patrulha Ambiental Mirim
2 – Promoção da Inclusão social dos catadores de materiais recicláveis
3 - Inventário de Fauna
4 – Viabilização do uso das redes coletoras de esgoto do bairro Pró-morar
5 – Bonificação para os municípios que utilizem práticas sustentáveis

Segundo os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente (relato verbal e constante no relatório do PAA 2014-2017) as ações descritas na Tabela 3 não foram executadas em virtude da falta de mão-de-obra, recursos financeiros e parcerias entre a secretaria e entidades público/privadas.

### **Conhecimento da população sobre as políticas públicas ambientais**

Os resultados obtidos com o questionamento aplicado a 70 pessoas dos 14 Bairros do município sobre o conhecimento do que é um Plano Plurianual e o que consta no PPA do período de 2014 – 2017 mostram que 71% dos municípios de Três Passos, não possuem conhecimento sobre o que é um PPA. Portanto, evidenciou-se que as pessoas acreditam que as políticas públicas são de responsabilidade apenas do executivo e legislativo, não sendo dever da população se inteirar destes assuntos.

Observou-se que 97% da população de Três Passos não tem conhecimento sobre o plano de políticas públicas dos últimos quatro anos. Esse baixo interesse em questões de ordem política pode dificultar o entendimento social, político e ambiental sobre o meio

em que o indivíduo vive e resultar em possíveis falhas no papel de cidadão.

Por outro lado, constatou-se que a população três-passense, em sua maioria, conhece algum tipo de política pública desenvolvida no município, com destaque para o licenciamento ambiental (Tabela 4).

O número de moradores que possuem conhecimento em políticas públicas foi de 20 pessoas, ou seja, 28,5% dos entrevistados (Tabela 4).

Este número poderia ser maior, contudo, o conhecimento acerca das políticas públicas não depende apenas da prefeitura, mas da sociedade em geral. Esta afirmação corrobora ao proposto Carvalho (2015), de que o gerenciamento ambiental não se limita à ciência da administração pública, pois reúne questões ligadas a outras ciências e, portanto, os problemas de gestão ambiental não são meramente administrativos. Por isso, para o sucesso da gestão ambiental, ela não deve limitar-se à aplicação de instrumentos administrativos, mas sim, trabalhar com um rol de assuntos que dizem respeito à organização e funcionamento de toda a sociedade, sendo que esta deve participar de forma ativa na tomada de decisões.

Tabela 4. Políticas públicas ambientais conhecidas pelos entrevistados no município de Três Passos – RS

Políticas Públicas conhecidas no município de Três Passos	
Políticas Públicas	Nº de pessoas que conhecem a política
Licenciamento Ambiental	4
Recolhimento do Lixo Eletrônico	3
Rede de Abastecimento de Água	2
Coleta Seletiva	3
Recolhimento de óleo	1
Semana do Meio Ambiente	1
Programa de Nascentes	1
Limpeza Urbana	3
Paisagismo da cidade	1
Revitalização do Bosque Vila Real	1
<b>Total</b>	<b>20 (28,5%)</b>

A prefeitura de Três Passos, semestralmente, faz alguma atividade de cunho ambiental, como recolhimento de resíduos eletrônicos em praça pública, o que ajuda na divulgação dessas políticas públicas, mas ainda assim grande parte da população não tem interesse em debater e se aprofundar sobre estes assuntos. Esta afirmação está de acordo ao observado por Ferreira et al. (2019) que inferem que a baixa preocupação da população com o meio ambiente, tem elevado a poluição do ar, da água e do solo, dentre outros, podendo causar danos à saúde física e mental do cidadão. Portanto, ficando evidente a necessidade de maior participação da população nas ações de cunho ambiental.

Os entrevistados foram questionados também sobre o interesse por assuntos ambientais, ou seja, a percepção ambiental. Como resposta se observou que 93% dos cidadãos de Três Passos se interessam por assuntos ambientais, ou seja, acham importante existir conversas/atividades/ações, tanto com os moradores da área urbana, quanto com os agricultores no interior. Já 7% relataram que não tem interesse. Desta forma, observou-se que muitos estão preocupados com o meio ambiente, estando de acordo ao proposto por Quadros e Frei (2009) que destacam que a população tem atuado no reconhecimento de fatores que afetam o bem-estar e a qualidade de vida nas comunidades, porém realizando poucas ações para mitigar os problemas causados no mesmo.

Quando questionados sobre a importância

das políticas públicas ambientais, todos (100%), consideram de extrema importância existir políticas para o meio ambiente e preservação ambiental. Ficando evidente, portanto, que o município de Três Passos está trabalhando nesta temática, estando em concordância ao que afirmam Santos et al. (2016) de que cabe à União, aos Estados e municípios a formulação e execução das políticas de meio ambiente.

Dos entrevistados, embora alguns desconheçam as políticas públicas ambientais, 80% acreditam que Três Passos oferece bons serviços de cunho ambiental, como boa qualidade do ar, coleta seletiva eficiente, praças e parques adequados e água de boa qualidade. Ainda 81% dos entrevistados também consideram Três Passos uma cidade bonita e bem arborizada permitindo, portanto, uma boa qualidade de vida para a população. Estes dados indiretamente relacionam o meio ambiente com a qualidade de vida da população o que está de acordo ao que é proposto por Santos et al. (2016) que destacam que é notória a importância da relação do meio ambiente com a saúde, visto que diversos fatores ambientais podem afetar a saúde humana. Os autores destacam também que a qualidade ambiental tem sido reduzida em consequência do crescimento econômico.

## CONCLUSÃO

A maioria das ações planejadas no PPA 2014–2017, foram executadas em sua totalidade ou parcialmente executadas.

Grande parte da população entrevistada desconhece as ações do plano plurianual 2014 – 2017.

Os entrevistados consideram as políticas públicas ambientais importantes.

### LITERATURA CITADA

- ANDRADE, J.A.A.; NUNES, M.A. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista espinhaço**, v.3, n.2, p.28-39, 2014.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil (1988)**. Constituição da República Federativa de 1998. Brasília: DF, Senado, 1988.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. ARTIGO Nº 165. Dispõe sobre as Leis de iniciativa do Poder Executivo [...]. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_12.07.2016/art\\_165.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_165.asp). Acesso em: 17 agosto 2020.
- CARVALHO, A.V. Educação ambiental no desenvolvimento sustentável municipal. **Revista interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v.2, n.1. p.97-108, 2015.
- ESPINOSA, D.C.R.; TENÓRIO, J.A.S. Reciclagem: Reciclagem de baterias: análise da situação atual no Brasil. **Revista brasileira de ciências ambientais**, v.2, n.1, p.14-20, 2004.
- FERREIRA, C.C.M.; MONTEIRO, A.; DE PAULA, I.F.M. Áreas verdes e desigualdades sociais em um município de médio porte no Brasil. **Revista caderno de geografia**, v.29, n.56, p.221-243, 2019.
- GUIMARÃES, F.F.; BAPTISTA, A.A.S.; MACHADO, G.P.; LANGONI, H. Ações da vigilância epidemiológica e sanitária nos programas de controle de zoonoses. **Veterinária e zootecnia**, v.17, n.2, p.151-162, 2010.
- IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010: Urbanização**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> Acesso em: 21/03/2020.
- KUHN, D.D; TASSI, R.H. Gestão Ambiental Municipal: Diagnóstico do processo de licenciamento ambiental no município de Palmeira das Missões – RS. **Revista gestão ambiental e sustentabilidade**, v.3, n.2, p.113-141, 2015.
- LEME, T.N Os Municípios e a política nacional do meio ambiente. **Revista planejamento e políticas públicas**, v.35, n.2, p.25-52, 2010.
- MACIEL, L.L.S.; NASCIMENTO, R.B.; ZANELLA, M.E. Clima urbano e sensação térmica - o caso dos terminais de ônibus de Fortaleza. **Revista geonorte**. v.2, n.5, p.207-219, 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conferência Nacional de Meio Ambiente**, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 10/04/2018
- NUNES, M., PHILIPPI JUNIOR, A.; FERNANDES, V. Gestão Ambiental Municipal: objetivos, instrumentos e agentes. **Revista brasileira de ciências ambientais**, v.23, p.66-72, 2012.
- OLIVEIRA, C.M. Sustainable access to safe drinking water: fundamental human right in the international and national scene. **Revista ambiente e água**, v.12, n.6, p.985-1000, 2017.
- QUADROS, L.S.; FREI, F. percepção ambiental dos residentes da cidade de Assis - SP com relação à arborização viária da Avenida Rui Barbosa. **REVSAU**, v.4, n.2, p.16-34, 2009.
- ROSSATO, I.F; NETO, V.N.S. Trabalho de educação ambiental para conscientizar sobre a importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente. **Revista gestão e sustentabilidade ambiental**, v.3, n.1, p.98-115, 2014.
- SANTOS, D.A.S.; AZEVEDO, P.V.; AZEVEDO, V.V.; ALVES, J.B.; SOUZA, T.L. Percorrendo os caminhos da relação entre as políticas públicas de saúde e do meio ambiente. **Revista de políticas públicas**,

v.20, n.1, p.137-152, 2016.

TRINDADE, A.A.C.; LEAL, C.B. **Direitos humanos e meio ambiente**. Expressão Gráfica e Editora, 2017. 356 p.

VILACA, E.C. O reflorestamento como uma prática de Educação Ambiental. In: **Os desafios da Escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**. v.1, Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2014. p.1-12.